O eleitor que levou Wagner a deixar a liderança

Maria Cristina Fernandes

"Eu acho que não faz diferença ser tão próximo de Lula desde que não haja um abafamento do PT. A partir do momento em que o Lula colaborar com as investigações, tudo bem, mas se Lula tiver algum tipo de posicionamento de tentar diminuir, abafar, só por ser próximo dele, aí sim, ficaria feio". Egressa de um grupo de pesquisa qualitativa, na sexta rodada de uma série do Instituto Democracia em Xeque, a eleitora foi ouvida no domingo passado.

O relatório com o resultado da rodada desta série de qualitativas com eleitores independentes entre 30 e 50 anos, ensino médio, renda de três a sete salários mínimos e recrutados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, BH e Salvador, chegou ao gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início da tarde desta quarta-feira, antes de seu encontro com o líder do governo no Senado.

Neste relatório ficava claro que o impacto do envolvimento do senador Jaques Wagner (PT-BA) com o Master ainda não havia revertido o ganho de Lula sobre o senador Flávio Bolsonaro desde a eclosão do financiamento do filme 'Dark Horse' pelo Master. No médio prazo, porém, poderia vir a comprometer as chances de a aprovação do seu governo, hoje em ascensão, não ultrapassar a desaprovação, uma vez que havia alertado o eleitor independente sobre o qual Lula avança.

Antes mesmo do encontro com o senador, Lula já estava decidido a fazer uma declaração enfática de "intolerância" com atos de corrupção numa tentativa de, num primeiro momento, estancar o desânimo de uma militância que estava disposta a entrar na campanha com fogo na venta contra o Master e, num segundo, de convencer o conjunto do eleitorado de que a solução para Wagner demonstraria a determinação do governo em não tergiversar no tema.

A decisão pelo afastamento da liderança, comunicada pelo senador uma hora depois do fim de sua reunião com o presidente pôs fim a uma apreensão que tomou conta do partido desde que Wagner, depois de comunicar, no fim de semana, a alguns de seus correligionários, que deixaria a liderança, mudou a rota. Na segunda, apresentou, ao Supremo Tribunal Federal, um recurso para anular a decisão que autorizou a busca e apreensão. Na peça, diz que jamais trabalhou em defesa do Master no Congresso e que os valores em espécie encontrados têm origem lícita e comprovada. Não citou o apartamento, que, em entrevista à BandNews, disse ter pedido para Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, adquirir para posterior recompra.

No primeiro argumento Wagner ganhou a defesa de Fernando Haddad, ex-ministro insuspeito por nunca ter aceitado encontrar o banqueiro em questão. No segundo, caberá à PF conferir o número de série com a origem (diárias do Senado e aquisição regular de bancos) declarada. Restará o apartamento sobre o qual, até aqui, se não há comprovação de sua posse, o senador tampouco mostrou versão convincente.

Nas conversas que teve no PT, prévias ao seu encontro Lula, o senador ainda se valeu do seu papel como principal nome do partido na Bahia para recuar da saída iminente da liderança no Senado, uma decisão com consequências não apenas para a continuidade do projeto petista no Palácio Ondina como para a própria votação do presidente no maior Estado de seu principal reduto. Não colou.

Na pesquisa do Instituto Democracia em Xeque, mais do que a corrupção, o que pesa contra Flávio Bolsonaro entre eleitores independentes é a contradição, a falta de transparência e a tibieza do senador do PL no caso. É esta percepção que, se estendida a um Wagner amarrado na liderança, poderia contaminar Lula de maneira comprometedora. Um dos participantes da qualitativa do Democracia em Xeque diz que a situação de Flávio Bolsonaro é mais complicada porque o envolve diretamente — "Jaques Wagner não é o Lula, né?".

No mesmo dia em que o senador apresentou o pedido para anular a decisão que autorizou a busca e apreensão em sua residência, o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, reproduziu, no Roda Viva, as sinalizações que já havia dado durante o julgamento das prisões preventivas do pai e do primo de Vorcaro, de que ele pode vir a ser a âncora das nulidades a serem avocadas no inquérito do Master. Se esta nau das nulidades vier a zarpar, com o apoio do PT, antes das eleições, o dano eleitoral é certo.

Inclua-se, ainda, no quadro que antecedeu o encontro entre o presidente e seu líder no Senado, a perspectiva de dois outros colaboradores, Rui Costa, ex-Casa Civil, e Alexandre Silveira, atual ministro das Minas e Energia, virem a ser investigados. Nenhum deles tem, com Lula, a proximidade cultivada por Wagner ao longo de cinco décadas, mas a perspectiva de virem a ser citados alertou contra favorecimentos.

Ainda paira, no Planalto, o espectro das suas próprias qualitativas em SP, RJ e BH, também com eleitores independentes, a mostrar um caldo de mal-estar, desânimo, pessimismo e desgosto provocado pelo fracasso em alcançar o éden exibido nas redes com apostas que só aumentam o endividamento. A depender da evolução do Brasil na Copa das 'bets' esta sensação pode crescer.

O treme-terra provocado pela rompimento com o enteado de uma ex-primeira dama sem contágio de Master até aqui, mostra que o PL ainda pode estar a buscar uma alternativa para a crise em que vive a campanha de Flávio Bolsonaro. Anunciado uma hora antes, o desfecho da saída de Wagner não poderia ter sido outro.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Governo Saída de Wagner cria problema para o Executivo; nem aliados do centro, nem senadores da bancada do PT estão dispostos a assumir posto

Senadora de PE é nome cotado para vaga na liderança

Murillo Camarotto
De Brasília

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Teresa Leitão: senadora de Pernambuco ter aparecido como único caminho viável para ocupar liderança do governo

Além do desgaste político de ser obrigado a "demitir" o líder do governo no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta agora outro problema sério para substituir Jaques Wagner (PT-BA): a falta de opções. Tanto na bancada do PT quanto entre os principais aliados de centro não há ninguém muito disposto a assumir o posto, situação que tem afunilado para o único caminho viável, a senadora Teresa Leitão (PT-PE). A decisão da saída de Wagner da liderança ocorreu na quarta-feira (24), após uma conversa com Lula.

Desde que a Polícia Federal (PF) visitou Wagner, semana passada, o nome dela e do ex-ministro Camilo Santana (PT-CE) surgiram como potenciais substitutos. Camilo, porém, já fez questão de rechaçar a possibilidade e reforçar o argumento de que deixou o Ministério da Educação para evitar uma derrota do PT na eleição estadual do Ceará. Procurado, o senador disse apenas que "é sempre bom ser citado".

Interlocutores do governo afirmam que a resistência de Camilo não surpreendeu. Além de concentrar seus esforços na sucessão cearense, o ex-ministro jamais demonstrou interesse em retornar à linha de frente na articulação política do Senado. Aliados observam que ele deixou o cargo no Executivo justamente para se dedicar à construção do projeto eleitoral do PT no Estado e dificilmente aceitaria interromper esse movimento para assumir uma função de desgaste permanente em Brasília.

Com a saída de Camilo do radar, as atenções se voltaram para Teresa Leitão. Integrantes da bancada petista, porém, tratam a hipótese com cautela. Em primeiro mandato no Senado, a parlamentar construiu sua trajetória política como deputada estadual e dirigente sindical em Pernambuco, sem acumular experiência relevante na interlocução com lideranças do Centrão ou da oposição no Congresso.

Segundo senadores ouvidos reservadamente, Teresa reúne qualidades para exercer funções partidárias, mas enfrentaria dificuldades para assumir, neste momento, uma das posições mais delicadas do Congresso. A avaliação é que o governo vive uma fase de forte pressão e precisará negociar simultaneamente com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), com bancadas independentes e com setores da oposição para evitar derrotas em pautas estratégicas.

Nos bastidores, a eventual escolha da senadora também esbarra em uma tradição informal da bancada petista. Há cerca de 15 anos prevalece o entendimento de que cada senador deve concentrar-se em apenas um posto de comando. Neste ano, porém, a própria Teresa já abriu exceção à regra ao acumular a liderança do PT com a presidência da Comissão de Educação, movimento motivado pela escassez de alternativas dentro da bancada.

Por isso, alguns petistas enxergam sua eventual indicação como uma solução temporária, capaz de atravessar o segundo semestre. O problema é que o Planalto enfrenta uma fila crescente de temas sensíveis no Senado, incluindo a discussão sobre a jornada 6x1 e os projetos que integram a chamada "pauta-bomba". Na avaliação de aliados de Lula, o momento exigiria um articulador experiente e com trânsito consolidado entre diferentes grupos. Procurada, a senadora disse considerar que o seu nome é uma "especulação dentre outros nomes também postos".

A dificuldade permanece mesmo quando o governo olha para fora do PT. Nomes frequentemente lembrados, como Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM), são vistos como improváveis. Ambos estão focados nos preparativos para a eleição e dificilmente aceitariam assumir uma função que exige dedicação integral. Otto Alencar (PSD-BA), por sua vez, já comanda a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma das posições mais relevantes do Senado.

A eventual manutenção de Wagner enfrentou muita resistência dentro do próprio campo governista. Entre os nomes citados como defensores de uma solução rápida para o impasse estavam o presidente do PT, Edinho Silva, e os ministros José Guimarães (Articulação Política) e Sidônio Palmeira (Comunicação Social). A preocupação era que o episódio produzisse um desgaste político e acabasse contaminando a estratégia eleitoral de Lula para 2026.

Crise nos Poderes põe arranjo institucional em debate

Joelmir Tavares
De São Paulo

A recorrente crise entre Poderes voltou a ganhar força em Brasília e expôs os reflexos de mudanças que alteraram o equilíbrio de forças nos últimos anos, com tendência de acirramento pela proximidade das eleições.

À medida que os interesses se cruzam, cresce o risco de conflitos em temas como as chamadas "pautas-bomba" aprovadas no Senado, a validade da Lei da Dosimetria e o volume das emendas parlamentares. Além disso, os problemas têm sido evidenciados pela rejeição da indicação do ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e pelos desdobramentos do caso Master.

Especialistas situam na década passada a origem dessas transformações estruturais iniciadas, que ampliaram o controle do Congresso sobre parcelas crescentes do orçamento e reduziram instrumentos tradicionais de articulação do Executivo. Segundo eles, a expectativa de mudanças no cenário é baixa no curto prazo, mas uma situação de equilíbrio institucional depende de fatores como recuperação da capacidade de diálogo e fortalecimento da liderança política.

O aspecto mais preocupante é que conflitos institucionais estão sendo atravessados por disputas políticas cada vez mais "personalizadas" e "paroquiais", na visão do professor Rafael Mafei, que pesquisa história das instituições políticas brasileiras. Sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem minoria no Congresso, isso ficou evidenciado, segundo o docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e da ESPM.

"A sequência de três presidências enfraquecidas (Dilma 2, Temer e Bolsonaro), seguidas do atual governo Lula 3, que depende de uma coalizão muito ampla e pouco fiel, permitiu ao Legislativo assumir outro papel na dinâmica dos Poderes. As presidências da Câmara e do Senado, que são figuras centrais da conjuntura de suas casas legislativas, tornaram-se ainda mais decisivas para o sucesso de quaisquer iniciativas governamentais", diz.

Mafei considera que parte dos enfrentamentos tem sido uma espécie de disputa sobre quem efetivamente exercerá poderes que a Constituição atribuiu ao Executivo. "O modelo constitucional brasileiro foi desenhado para acomodar tensões e esbarrões entre os Poderes, mas a minha impressão é que essa disputa chegou a miudezas que amesquinham o desenho de freios e contrapesos", afirma o professor.

O componente eleitoral é algo já esperado, visto que "políticos vivem de eleições e, principalmente em ano eleitoral, presume-se que seus movimentos sejam calculados em função disso".

> "Instrumentalização gera percepção de que a democracia não importa"
> *Graziella Testa*

O que Mafei vê como problemático é quando contendas pessoais — como o desgaste entre Alcolumbre e Lula após a indicação de Messias, em vez do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — viram o cerne da questão, substituindo a oposição sobre políticas públicas, por exemplo.

Para Graziella Testa, doutora em ciência política pela USP e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a concentração de poder nos presidentes da Câmara e do Senado tirou espaço dos líderes partidários, afetando a lógica do presidencialismo de coalizão.

"Existe uma busca do Executivo de manter a estabilidade institucional, mas não sei se hoje, do ponto de vista de prerrogativas formais, isso é possível. Parece ser preocupante a sustentabilidade da construção da coalizão a médio e longo prazo, num desenho das instituições como o atual", diz ela.

A professora observa ainda que o princípio da divisão de Poderes pressupõe algum grau de conflito — sem abrir mão, contudo, da dimensão da harmonia. O atrito entre Executivo e Legislativo, somado a um Congresso que Testa classifica como "menos permeável à participação de atores externos e mais centralizado internamente", contribuiu para o Supremo passar a ser visto equivocadamente como "poder moderador". Ela alerta, na sequência, que não cabe ao STF ocupar uma posição superior à dos demais Poderes.

"O 8 de janeiro foi um momento decisivo e que mobilizou o eleitorado brasileiro, de dois lados muito antagônicos. E aí o Supremo vai para o centro do debate político-eleitoral, e isso pode impactar na forma como ele é percebido e pode atuar de forma mais ou menos efetiva na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, que segue sendo muito complicada", avalia Testa.

A "instrumentalização" é o que mais contribui para a instabilidade institucional, segundo a especialista. "Quando as instituições passam a ser vistas como atores político-partidários, isso pode gerar uma percepção no eleitorado de que a democracia não importa, não serve para nada."

De acordo com Carlos Melo, cientista político e professor do Insper, o agravamento das tensões é sintoma da "grande crise do Brasil, que é a crise de liderança política". A saída, na ótica dele, passa pelo surgimento de líderes capazes de repactuar o relacionamento dos três Poderes.

"O país está precisando de uma concertação. Ainda não surgiu uma nova geração capaz de reorganizar o sistema. As antigas estão desgastadas", afirma Melo. Sobre o Supremo, ele acrescenta que a instituição enfrenta também problemas de legitimidade por causa do surgimento do nome de integrantes em suspeitas ligadas ao banco Master.

Mafei, por sua vez, vê o STF como a "instituição-chave que determinará se o caso Master terá um desfecho correto", mas aponta como entrave as próprias cisões internas. "O tribunal precisa estar unido em torno da necessidade de investigação cabal e julgamento célere e justo de todos os eventuais acusados", diz.